

FACULDADES INTEGRADAS MARIA THEREZA

ANAMELIA GOMES TALASK

Psicologia e Surdez: A importância do Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelo Gestalt-Terapeuta.

Niterói

2006

ANAMELIA GOMES TALASK

Psicologia e Surdez: A Importância do Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelo Gestalt-Terapeuta.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas Maria Thereza como requisito parcial para obtenção do grau de Psicólogo.

Orientadora: Prof^a Ms. Maria de Fátima Scaffo Barreto

Niterói

2006

ANAMELIA GOMES TALASK

Psicologia e Surdez: A Importância do Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelo Gestalt-Terapeuta.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas Maria Thereza como requisito parcial para obtenção do grau de Psicólogo.

Aprovado em : _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms. Maria de Fátima Scaffo Barreto – Orientadora
Faculdades Integradas Maria Thereza

Profª Ms. Andréa Soutto Mayor
Faculdades Integradas Maria Thereza

Profª Ms. Maria Lúcia Geloski
Faculdades Integradas Maria Thereza

*Dedico esse trabalho à Comunidade Surda a qual
tenho todo respeito e admiração.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido José Carlos que sempre me incentivou, tolerando minha ausência nesses anos, dando-me a oportunidade de maior crescimento.

Ao meu filho Gabriel por ser quem ele é: O amor da minha vida.

Aos meus pais e irmão por estarem sempre ao meu lado.

Aos professores da FAMATh a quem devo minha formação.

À Prof^a Ms. Fátima Scaffo não só por ter me orientado nesse trabalho, mas também por ser o melhor exemplo de profissional que eu poderia ter.

Ao amigo Franqueira pelos longos papos e bons conselhos, incentivando sempre meu trabalho.

À Esmeralda Stelling por ter me ensinado a amar o trabalho com surdos.

À Élide Soares por ter sido companheira nessa caminhada me ajudando a ser “gente grande”.

À todos os meus amigos e em especial a “panelinha” (Cida, Juju, Paulinha e Thiago) cuja convivência fez com que esses últimos 5 anos fossem realmente especiais.

*Palavra viva
Palavra com temperatura, palavra
Que se produz
Muda
Feita de lua mais que de vento, palavra.*

(Uma Palavra –Chico Buarque)

RESUMO

A surdez é um problema que atinge no Brasil, segundo o último Censo, no ano de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 900.00 indivíduos. Mesmo havendo um número considerável de surdos no país, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é apenas usada entre a comunidade surda e os profissionais que trabalham diretamente com eles. O surdo é visto a partir de sua deficiência. Os profissionais direcionam seus trabalhos na tentativa de correção do seu déficit auditivo e para isso lançam mão do modelo ouvinte como padrão da normalidade. Podemos dizer que o surdo é visto como uma orelha, uma parte danificada. O modelo clínico terapêutico na vida dos surdos acaba sendo negativo ao que concerne a seu estado psicológico, pois lança o olhar para deficiência como se fosse uma patologia, com ênfase nos mecanismos de: ampliação acústica, oralização, estimulação de resíduos auditivos etc. Essa visão fragmentada acaba por encobrir a subjetividade do surdo, trabalhando-se apenas o corpo objetivo. Nem todos os surdos conseguem oralizar-se, ou seja, aprender a falar e fazer leitura labial, e por isso enfrentam no seu dia a dia dificuldades em se relacionar com a sociedade ouvinte. Por ser um grupo minoritário quase sempre vivendo em uma comunidade onde a maioria não sabe sua língua, o deficiente auditivo acaba tendo restrições nas suas relações sociais. Neste trabalho abordamos a necessidade do psicólogo conhecer a LIBRAS para atender os surdos em consultório, efetivando assim a inclusão social.

Palavras-Chave: Surdez – LIBRAS – Atendimento Clínico.

ABSTRACT

Auditory deficiency it's a problem that, according IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute) last census affects about 5.750.809 people in Brazil. Despite the considerable number of deaf people in the country, LIBRAS (Brazilian Sign Language) is only used by deaf community and the professionals that work with them. Deaf ones are seen from is own deficiency. Professionals that work with them, try to direct their work to correct their auditory deficit, and to do so, use the "listening model" as the normality pattern. We can say that deaf ones are seen almost like a ear, a damaged part. This therapeutic model approach, turns as a negative influence in what concerns the deaf psychological health, as it looks at their deficiency as a pathology with particular emphasis on acoustic mechanisms: amplification, verbalization, residual audio stimulation, and so on. That fragmented vision, hides the subjectivity of the deaf ones, working only the object (body). Not all deaf people can "oralize" themselves, learn to talk and read on lips, and face everyday difficulties to interact with listening society. Belonging to a minority, deaf people mostly live on communities where their language is unknown to almost everyone, and that, restricts their social relations. This work, approach's the psychologist need to know LIBRAS, to attend death people, and, in that way, promote social inclusion.

Keywords: Deafness – LIBRAS - Clinical Attendance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – OS MECANISMOS DA AUDIÇÃO.....	13
1.1 – Perda Auditiva	14
1.2 – Causas da Perda Auditiva	16
CAPÍTULO II – CONTEXTO HISTÓRICO	18
CAPÍTULO III – LÍNGUA E LINGUAGEM	22
CAPÍTULO IV – LÍNGUA DE SINAIS	26
4.1- Língua de Sinais no Brasil.....	27
4.2.- O Intérprete da Língua de Sinais	29
CAPÍTULO V – O INDIVÍDUO SURDO.....	32
5.1- O Surdo e a Sociedade Ouvinte.....	33
CAPÍTULO VI – PSICOLOGIA E SURDEZ	35
CONCLUSÃO	37
ANEXO A	39
ANEXO B	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo investigar os benefícios da assunção do Código Brasileiro de Sinais (LIBRAS), pelo psicólogo com formação na Abordagem Gestáltica.

O interesse em desenvolver essa temática foi suscitado a partir de conversas informais com surdos adultos, em que relatam a falta de profissionais na área da psicologia que tenham o conhecimento da LIBRAS para o atendimento em consultório. Como acadêmica de Psicologia, percebi que poderia contribuir para a reflexão do psicólogo quanto à inclusão do surdo no espaço terapêutico.

Cabe ressaltar que a abordagem Gestáltica dá ênfase à totalidade humana, ou seja, aos componentes biopsicosocioespirituais do ser. Este ser é concebido de maneira ímpar e singular, o que significa considerar todas as suas especificidades, potencialidades, limitações e etc.

Compreender o homem enquanto uma totalidade é compreendê-lo enquanto uma unidade indivisível corpo/mente, não havendo separação entre as partes que o compõem e sim integração, correlação, organização e interdependência. A mente, o corpo e suas manifestações são partes de um todo, se algo muda em qualquer uma das suas partes, seja um aspecto emocional, mental, físico ou espiritual, o todo é reconfigurado, surgindo uma nova organização, uma nova gestalt.

Essa visão holística aponta também para uma compreensão do homem enquanto parte de uma totalidade mais ampla e mais complexa, que representa o contexto no qual ele se encontra inserido. Considerando, então, o homem enquanto um ser-no-mundo, um ser de relação, procura focalizar a totalidade da relação que o indivíduo estabelece com o seu meio. Esta relação indivíduo-meio é compreendida na Gestalt-

terapia a partir das noções de singularidade, de liberdade, de responsabilidade e a partir da crença no potencial criativo do homem, no seu poder de recuperação, de transformação, na sua tendência ao equilíbrio, à auto-regulação, ao crescimento, na sua capacidade de se construir e reconstruir na sua relação com o mundo.

O método utilizado para abordar a experiência humana é fenomenológico-existencial, o que implica em compreender o indivíduo como um ser único, considerando o seu discurso, o seu corpo ou o seu comportamento e todas as manifestações de suas dimensões sensoriais, afetivas, intelectuais, corporais, sociais e espirituais, visando alcançar a totalidade e a singularidade da relação do cliente consigo mesmo e com o mundo.

Em relação ao indivíduo surdo, cabe esclarecer que este se expressa por meio da Língua de Sinais, reconhecida oficialmente no Brasil em 2002. Esta permite a comunicação entre surdos e mesmo com os ouvintes. Muitas vezes o indivíduo surdo cria seu próprio mundo devido à barreira da comunicação, que continuará existindo enquanto não houver entendimento, compreensão e respeito por sua língua natural e própria. Uma vez não considerados na sua totalidade e especificidades, podemos afirmar que ficam restritos seus espaços, dificultando o acesso ao atendimento em terapia, visto que não há como ter um intérprete durante as sessões. Um dos maiores obstáculos dos inúmeros enfrentados pelos surdos é o de encontrar um serviço de psicoterapia que tenha recursos para atendê-los respeitando a sua diferença.

No primeiro capítulo buscamos informar de maneira objetiva como se dá o mecanismo da audição, quando as ondas sonoras se propagam atingindo o ouvido externo percorrendo todo o conduto auditivo até o impulso nervoso ser transmitido ao cérebro, bem como a classificação dos vários graus de perda auditiva e suas

principais causas. Buscamos também informar sobre as perdas auditivas, os tipos de surdez de acordo com o grau de perda auditiva do indivíduo, assim como as causas mais comuns da surdez na infância e na idade adulta.

No segundo capítulo mostramos como o surdo foi visto historicamente, desde a antiguidade até os dias atuais, assim como as mudanças nas abordagens educacionais utilizadas ao longo dos anos; desde o oralismo puro até a proposta bilingüista e suas influências sobre o indivíduo surdo.

No terceiro capítulo apresentamos uma breve definição entre língua e linguagem, ressaltando a maneira como ouvintes e surdos passam pelo processo de aquisição da linguagem do ponto de vista da interação social com seus pares.

No quarto capítulo objetivamos elucidar as características da Língua de Sinais, sua importância como meio de comunicação entre os surdos e o histórico desta língua no Brasil.

No quinto capítulo procuramos desmistificar o termo surdo-mudo, comumente usado até os dias de hoje, mostrando a questão da mudez do ponto de vista fisiológico. Apresentaremos também as dificuldades encontradas pelo surdo na interação com a sociedade ouvinte.

No sexto capítulo buscamos informar como é feito atualmente o atendimento aos surdos pelos psicólogos e a importância do aprendizado da LIBRAS, para que se possa estabelecer um diálogo verdadeiro com o cliente surdo.

CAPÍTULO I - OS MECANISMOS DA AUDIÇÃO

De acordo com Ramos e Souza (1997), o ouvido se divide em três partes: ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno. O ouvido externo é constituído pelo pavilhão auditivo, pelo conduto ou meato auditivo e pela membrana timpânica. Essa membrana separa o ouvido externo do médio, que vai dos três ossículos (martelo, bigorna e estribo) até as janelas oval e redonda. O ouvido interno é formado pela cóclea, onde estão as terminações do nervo auditivo, e pelo labirinto, que é constituído pelos canais semicirculares e pelo vestíbulo.

Segundo Stevens e Warshofsky (1982), o som propaga-se produzindo ondas sonoras que se deslocam até atingir o ouvido externo. Essas ondas trazidas pelo ar chegam até o tímpano, onde se convertem em vibrações mecânicas atuando em corpos sólidos. Estabelecem-se vibrações na membrana do tímpano, que encaminha essas vibrações aos três ossículos do ouvido médio. Esses ossículos amplificam a força das vibrações sonoras, agindo como sistema de alavancas, duplicando ou triplicando a força das vibrações recebidas no tímpano. Os movimentos oscilatórios do estribo na janela oval provocam uma variação de pressão nos líquidos cocleares, o que faz vibrar a membrana basilar e o órgão de Corti¹. Com isso forma-se um impulso nervoso auditivo que é transmitido às áreas cerebrais da audição pelo nervo auditivo e pelas vias auditivas centrais.

¹ O órgão de Corti é parte integrante do sistema auditivo. Apresenta em sua superfície, células sensitivas que reagem a sons provocando vibrações de fibras nervosas e enviando ao cérebro um impulso de determinada frequência.

1.1 - PERDA AUDITIVA

Stevens e Warshofsky (1982), afirmam que a audição deficiente é um dos distúrbios físicos mais comuns na vida moderna.

De acordo com Telford e Sawrey (1988), a perda auditiva pode ter graus variados, sendo que de grau elevado chama-se surdez. O grau de perda auditiva é calculado em função da intensidade necessária para amplificar um som de modo a que seja percebido pela pessoa surda. Esta amplificação mede-se habitualmente em decibéis (Db)². Para o caso do ouvido humano, a intensidade padrão ou de referência correspondem à mínima potência de som que pode ser distinguida do silêncio, sendo essa intensidade tomada como 0 db. A surdez é classificada em diferentes níveis de perda auditiva. Podemos verificar o grau desta perda através do exame de audiometria³. Como classificação do indivíduo com problemas auditivos temos: parcialmente surdos e surdos.

Os indivíduos classificados em *parcialmente surdos* possuem uma surdez leve ou moderada. Já os indivíduos classificados como *surdos* possuem uma surdez severa ou profunda.

Na surdez leve a perda auditiva é de até quarenta decibéis. Essa perda impede que se perceba igualmente todos os fonemas da palavra. A voz fraca ou distante não é ouvida. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

O portador de surdez moderada apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta

² Padrão de medida de intensidade relativa aos sons.

³ Medida da audição utilizando aparelhos eletrônicos calibrados.

decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade para que seja percebida. É freqüente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas lingüísticos. Há maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Sua compreensão verbal está ligada à sua aptidão para a percepção visual.

A surdez severa apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem.

O portador de surdez profunda apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. Um bebê que nasce surdo balbucia como um bebê de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela, e não tendo "feedback auditivo"⁴, não possui modelo para dirigir suas emissões.

De acordo com Katz (1989), a deficiência auditiva também pode ser classificada como deficiência auditiva condutiva, quando o problema se localiza no ouvido externo e/ou no ouvido médio; deficiência auditiva neurosensorial, se ocorre no

⁴ Feedback auditivo é o mecanismo pelo qual utilizamos a audição de nossa própria fala para monitorar os sons que estamos produzindo, a qualidade da voz, a velocidade e a coordenação da fala. Sem esta capacidade de nos escutarmos enquanto falamos, a inteligibilidade da fala fica comprometida.

ouvido interno e/ou nervo vestibulo-coclear e deficiência auditiva central se a área afetada é tronco cerebral e/ou cérebro.

1.2 – CAUSAS DA PERDA AUDITIVA

Segundo Stevens e Warshofsky (1982), algumas deficiências auditivas provêm de um tipo hereditário de surdez degenerativa do nervo, podendo estar presente desde o nascimento ou desenvolver-se ao longo da vida.

Há também um tipo de surdez congênita, não hereditária, que é decorrente de infecções maternas como rubéola, caxumba etc., que podem provocar na criança a ausência ou má formação do canal auditivo, da membrana do tímpano ou dos ossículos do ouvido médio.

Após o nascimento as causas mais comuns de surdez incluem algumas doenças infantis, que podemos chamar de surdez viral (escarlatina, caxumba, sarampo, meningite que afetam o ouvido interno), infecções crônicas do ouvido médio e surdez por ototóxicos (algumas drogas ototóxicas têm a propensão de causar lesão coclear ou vestibular como a gentamicina, estreptomina, neomicina e outras).

Entre os adultos, os tumores intracranianos, hemorragia cerebral, exposição constante a frequência alta do som, presbiacusia⁵ (perda auditiva neurosensorial decorrente de alterações degenerativas produzidas pelo envelhecimento), surdez súbita (causada pelo uso de drogas, traumas e infecções).

Segundo Katz (1989), a idade na qual ocorre a perda auditiva é um fator que ajuda a determinar a influência que a perda sensorial terá sobre o indivíduo. Existe uma grande diferença no domínio da linguagem oral dependendo se a criança surda é

⁵ Causa mais comum de perda auditiva em idade adulta.

“pré-lingüisticamente” ou “pós-lingüisticamente”, ou seja, se a perda auditiva ocorreu antes da criança ter tido chance de desenvolver a linguagem oral, impedindo assim o uso da audição como o primeiro canal para a recepção e desenvolvimento da linguagem oral - podendo assim ser uma surdez congênita ou surgida no primeiro ano de vida; pós-lingüisticamente quando a surdez aparece após os dois anos de idade.

CAPÍTULO II – CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Stelling (1999), “na antiguidade clássica as pessoas surdas eram confundidas com os débeis mentais, eram considerados irracionais” e por isso eram exterminados. No sistema romano eram privados dos seus direitos legais.

Com o advento do Cristianismo, passaram a ser consideradas como pessoas que tinham alma, mas, mesmo assim, eram segregados junto a leprosos até a morte. Na Idade Média abandonavam-se crianças deficientes em mosteiros e igrejas, ou eram levadas as ruas para a mendicância (explorando a deficiência), com isso criou-se a vinculação do deficiente “coitadinho”. Na Inquisição foram queimados em fogueiras com a alegação de que se opunham à igreja. A idéia de perfeição proferida pela igreja, deixavam os deficientes ou os “imperfeitos”, à margem da condição humana.

De acordo com Nascimento (2002), no fim da Idade Média e início do Renascimento, a deficiência passa a ser analisada sob a ótica médica e científica. Mesmo assim ainda permanecia a idéia de caridade ante aos deficientes que eram considerados desafortunados.

A primeira instituição especializada para a educação de “surdos-mudos”⁶ foi fundada em 1770, em Paris, por Abbé de L’épée. Cabe ressaltar que os primeiros institutos, de acordo com Sônia Maria do Carmo:

Eram escolas que ensinavam os surdos e os cegos a fazerem trabalhos manuais e a se comunicarem por gestos, no caso dos surdos, e serviram de modelo para a criação de muitas outras escolas em outros países. O sustento dos surdos e cegos era adquirido através da venda dos trabalhos manuais realizados dentro das instituições. O aprendizado da leitura, da escrita, dos cálculos e das artes demorou muito para ser adotado pelos institutos⁷.

⁶ Surdo mudo era a designação usada na época.

⁷ <http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/umbrevepanorama.htm>.

Na mesma época na Alemanha foi criada a primeira escola pública para surdos, ensinando métodos orais de comunicação. Assim na Europa passou a existir duas escolas opostas de pensamento.

De acordo com Skliar (2003, p.16), em 1808 no Congresso de Milão os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e dar espaço à palavra falada “*o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial*”. Esse momento não só marcou uma proposta educacional em relação a surdez como também legitimou a idéia de que o surdo só se socializa e desenvolve o pensamento se for oralizado. As idéias do Congresso de Milão tiveram repercussão no Brasil influenciando os educadores da época.

Segundo Nascimento (2002), até recentemente a comunicação manual era desencorajada, baseando-se na suposição de que as crianças que usavam sinais não se sentiriam motivadas a aprender a falar, usar sua audição residual ou fazer leitura labial. A educação pela língua de sinais era apenas reservada aos surdos que não conseguiam bom desempenho na educação oral ou seja aos “fracassos orais”⁸. De acordo com Quadros (1997), a proposta oralista fundamenta-se na recuperação da pessoa surda, enfatizando a língua oral em termos terapêuticos. Esta proposta apresenta resquícios até os dias de hoje. Portanto a abordagem oralista visa capacitar a pessoa surda a utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade lingüística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo o processo educacional.

⁸ Telford, Charles e Sawrey, James. O indivíduo excepcional. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

Portanto, na segunda metade do século XIX, o oralismo ganhou força e a língua de sinais acabou sendo proibida. Somente na década de 1960 a língua de sinais retornou associada ao oralismo.

No Brasil, a educação para deficientes auditivos surgiu no Segundo Império, quando se criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. A princípio foi adotada a língua de sinais, até que foi abolida e adotado o oralismo puro. A partir da década de 60, verifica-se o surgimento de um movimento em defesa da educação bilíngüe, ainda segundo Nascimento (2002), a partir dos estudos sobre a Língua Americana de Sinais; trazendo novos parâmetros para se pensar a educação de surdos.

Na década de 1970, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total, construída a partir dos estudos americanos sobre o desenvolvimento das crianças surdas filhas de pais surdos. A idéia principal era oferecer à criança todas as oportunidades de ter acesso à língua e adquirir conhecimento. Nesta visão, é enfatizada a comunicação como necessidade premente a ser satisfeita, subentendendo-se uma defesa da utilização de todos os recursos disponíveis para estabelecer um contato efetivo com a pessoa surda que, por seu impedimento sensorial, tem dificuldades comunicativas, daí, mais especificamente, a designação "Comunicação Total".

No início da década de 90 surge a proposta bilingüista. Segundo Quadros (1997), o Bilingüismo propõe que o surdo comunique-se fluentemente na sua língua materna (língua de sinais) e na língua oficial de seu país. Nessa proposta, a criança deve ser colocada em contato com adultos e outras crianças surdas, de forma que sua primeira língua aprendida fosse a de sinais; assim como também os pais deveriam aprender a língua de sinais para se comunicar com os seus filhos, criando um ambiente lingüístico apropriado para assegurar o desenvolvimento sócio-emocional

da criança surda. Skliar (1997, p.143-144), refere-se ao que propõe o modelo bilíngüe:

(...) dar acesso a criança surda as mesmas possibilidades psicolingüísticas que a criança ouvinte tem. Será só desta maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades lingüístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender.

Acredita-se que o desenvolvimento cognitivo, afetivo, sócio-cultural e acadêmico das crianças surdas não depende necessariamente de audição, mas sim do desenvolvimento espontâneo da sua língua. A língua de sinais propicia o desenvolvimento lingüístico e cognitivo da criança surda, facilita o processo de aprendizagem, serve de apoio para a leitura e compreensão. Permitindo a criança surda a aquisição da língua o mais cedo possível pode-se garantir seu pleno desenvolvimento.

CAPÍTULO III – LÍNGUA E LINGUAGEM

De acordo com o dicionário Houaiss (1997, p.975), podemos definir linguagem como a “faculdade que tem os homens de se comunicar com os outros, exprimindo seus pensamentos e sentimentos por meio de vocábulos, que se transcrevem, quando necessário”.

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e se comunicar com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura. Segundo Oliveira (apud. Skliar 1997), a principal função da linguagem é a de intercâmbio social, pois é para se comunicar com seus semelhantes que o homem cria e utiliza o sistema de linguagem.

Como língua, de acordo com Houaiss (1997), entendemos o conjunto dos elementos que constituem a linguagem falada ou escrita peculiar a uma coletividade, a língua portuguesa é um exemplo.

A criança desde que nasce é exposta à linguagem, que é um meio onde pode expressar seus sentimentos e assim comunicar-se, integrando-se ao meio social. Desenvolve a capacidade de se expressar pela fala ouvindo seus familiares falarem constituindo assim um aprendizado. Segundo Rondon, Rodrigues e Baltazar (2005), o ser humano é programado para falar e desde criança inicia a atividade de tentar falar e entender o que lhe é dito, fazendo uso de uma língua. Através da interação com o outro, organiza sua fala, e logo, é capaz de compreender a fala do outro e ter a sua fala compreendida.

A criança surda, diferentemente da ouvinte, tem sua comunicação prejudicada. Em função da própria deficiência torna-se difícil para ela alcançar os significados dos objetos, situações e etc, advindos da expressão verbal.

Entendemos que a atribuição de significados está atrelada principalmente à forma e à função. Desta maneira, podemos afirmar que a aprendizagem de uma língua, que é nada mais que a tradução e expressão do pensamento acerca de algo, também, pode se dar de outras formas, como por exemplo pelo olhar e pelo tocar.

Por conta desta afirmação, acreditava-se que o surdo poderia falar, caso não tivesse comprometimento no seu aparelho fonador.

Os gestos são formas de expressão natural de todo ser humano, no caso da surdez, é usado como seu principal veículo de comunicação.

Segundo Vallentini (1995, p.17), o conceito de surdez passou por transformações ao longo dos tempos. O conceito mais tradicional considera o surdo como *“uma pessoa portadora de um déficit de audição associado a um déficit cognitivo e lingüístico, um portador de deficiência, no sentido de não-eficiente”*. Aprender a falar para inserir-se na cultura ouvinte era a meta que todo surdo deveria atingir e para isso passava por um processo de reeducação integrando-se a cultura ouvinte. Na escola o conteúdo programático era bastante simplificado devido a crença de déficit cognitivo.

Na concepção oralista, a língua de sinais era vista e utilizada como um veículo para alcançar o principal objetivo, fazer o surdo falar e, uma vez alcançado este objetivo, a língua de sinais deveria ser esquecida e não mais utilizada. Este modelo evidenciava a cultura ouvinte determinando o que seria melhor para os surdos. A língua de sinais, os gestos, em muitos momentos foram proibidos de serem utilizados para que não atrapalhasse o desenvolvimento oral. O modelo ouvinte, a língua e a cultura dessa comunidade, era o que deveria ser seguido. A expectativa quanto ao desenvolvimento da criança surda, por parte da maioria dos profissionais, e por consequência dos próprios pais, limitava-se a esperar que a criança desenvolvesse hábitos e noções básicas para aprender algum ofício no mundo dos

“normais”. A criança surda era considerada incapaz de um desenvolvimento cognitivo semelhante ao ouvinte, as práticas eram direcionadas na tentativa de correção e normalização.

De acordo com Quadros (1997, p.26), a proposta oralista, desconsidera a cultura e a sociedade surda; segundo a autora, o oralismo é considerado pelos estudiosos “*uma imposição social de uma maioria (os falantes da língua oral) sobre uma minoria lingüística sem expressão diante da comunidade ouvinte (os surdos)*”.

O “ouvintismo”⁹, como ideologia dominante, segundo Skliar (2005, p.16) “obriga ao surdo a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”, reforçando assim as percepções de uma prática médica terapêutica. A deficiência sendo tratada do ponto de vista médico, como se fosse uma doença, e assim todas as práticas se inclinam para essa direção como a psicologia, fonoaudiologia e o próprio núcleo familiar.

Como toda ideologia dominante, o ouvintismo gerou os efeitos que desejava, pois contou com o consentimento e a cumplicidade da medicina, dos profissionais da área de saúde, dos pais e familiares dos surdos, dos professores e, inclusive, daqueles surdos que representavam e representam, hoje, os ideais do progresso da ciência e da tecnologia – o surdo que fala, o surdo que escuta (Skliar, 2005. P.16).

Seguindo a concepção de Skliar (2005), o modelo ouvinte é o modelo da normalidade. Portanto não ouvir, ser surdo, significa não falar, ser surdo-mudo, ser diferente, criando-se assim um traço de discriminação.

De acordo com Skliar (2005) os modelos da sociedade ouvinte, considera o surdo como membro de uma minoria lingüística e cultural, baseam-se no fato de que a língua de sinais é utilizada por um número restrito de usuários, baseando-se como paradigma, um grupo majoritário (sociedade ouvinte), limitando assim sua

⁹ Representação dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos.

participação no grupo social. Citando Nascimento (2002, p.44):

(...) a língua oral é ainda colocada como “a” solução mais importante para a integração social do surdo. Entretanto, mesmo após longos e exaustivos períodos de treinamento, a fala da criança surda reabilitada em geral não se equipara, em compreensibilidade, à de uma pessoa ouvinte. Ou seja, no final das contas, a diferença auditiva para menos permanece; quando muito, chega-se à “quase igualdade”.

Como a sociedade persegue o ideal dos sujeitos homogêneos e eficientes com potencial de produção, a pessoa que não está dentro desse enquadramento é considerada “deficiente”, ou seja, não eficiente aos padrões exigidos pelo grupo social. Aquele que está fora das exigências da nossa cultura é isolado do contexto social. O não respeito à diferença torna o indivíduo parte marginal da sociedade, como refere Ribas (1994, p.19-21):

Toda pessoa deficiente ou não, que, submetida à engrenagem da estrutura sócio-cultural, não se encontra em seu próprio mundo e tende a se desligar dele. Com a única e última alternativa tenta procurar um outro mundo em que seja reconhecida.

Não é preciso ser deficiente para não ser reconhecido pela sua própria sociedade. O negro, o homossexual, o louco e até qualquer um que divirja das normas e regras de ordem social podem ser considerados “desviantes” e assim situarem-se fora da sociedade. O “desviante” é aquele que não está integrado, que não está adaptado que não se apresenta física e/ ou intelectualmente normal.

A surdez causa uma limitação na vida dos surdos, pois seu bloqueio de comunicação limita a participação da vida social, levando a criança, em alguns casos, a ter dificuldades no processo de educação escolar e quando adulto a inserção no mercado de trabalho. Citando Telford e Sawrey (1988, p.514): “A perda da audição limita o ambiente informativo assim como os incentivos para a criança explorar o mundo que a cerca reduzindo sua curiosidade acerca das coisas”.

CAPÍTULO IV- A LÍNGUA DE SINAIS

De acordo com Lima, Boechat e Tega (Skliar, 2003 p.46), a língua de sinais é uma língua visuogestual, criada pela comunidade de surdos.

Ela é composta de movimentos e formatos específicos com as mãos, braços, olhos, face, cabeça e postura corporal, que combinados fornecem as características gramaticais necessárias para a formação de uma língua.

Segundo Quadros (1997, p.47), “*as línguas de sinais não derivam das línguas orais, são sistemas lingüísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas e se estabelecem por uma necessidade de comunicação que é natural nos seres humanos*”. A língua de sinais é uma língua para ser aprendida com os olhos. As palavras são articuladas pelas mãos e não pela boca. Assim, as línguas de sinais diferenciam-se das línguas orais porque se utilizam de um canal visual-espacial¹⁰ e não oral auditivo. As relações espaciais, afirma Quadros (1997, p.49), são muito complexas, as relações gramaticais são especificadas através da manipulação dos sinais no espaço. “*As sentenças ocorrem dentro de um espaço definido, na frente do corpo, em uma área limitada pelo topo da cabeça e que se estende até os quadris*”. Além da utilização do espaço, a expressão facial também é usada simultaneamente com o sinal.

A autora também afirma que a língua de sinais é uma língua natural¹¹ que se desenvolve nas comunidades surdas. Assim como nas línguas orais não há uma universalidade na língua, existem diferentes línguas de sinais para cada comunidade de surdos.

¹⁰ Realização da língua através da visão e utilização do espaço.

¹¹ É importante destacar que a língua de sinais é natural, no sentido de que não há impedimento para sua aquisição pelos surdos. Ser natural não significa ser inata, pois do mesmo modo que as demais línguas ela será aprendida, nas diferentes situações de interação entre seus usuários.

Há uma referência própria cultural, cada uma vê os objetos, seres e eventos representados em seus sinais ou palavras sob uma determinada ótica ou perspectiva. Assim como em cada país se fala uma diferente língua, os sinais variam em diferentes culturas surdas.

A compreensão que uma pessoa surda tem da linguagem oral é sempre fragmentada, pois a leitura labial por mais que se tenha treino, possibilita uma compreensão limitada, até 40%, das mensagens, e, além disso, como afirma Quadros (1997), sua produção oral, normalmente não é compreendida por pessoas que não estão habituadas a escutarem uma pessoa surda falar, ou seja, não estão acostumadas a conviver com surdos.

4.1- LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL

Segundo Ramos (2005), no ano de 1856 chega ao Brasil o Conde Ernest Huet, surdo, trazendo o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil, dando origem a Língua Brasileira de Sinais. No ano seguinte, em 1857, é fundado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) de onde parte a divulgação da língua de sinais no Brasil. Em 1873 é lançada a Iconografia dos Sinais, de autoria de um aluno surdo Flausino José da Gama.

No ano de 1880 foi abolido o uso da língua de sinais e proibida de ser utilizada na educação, mas os surdos continuavam a utilizá-los escondidos. Tendo em vista a necessidade de ser divulgada a Língua de Sinais, os surdos adultos passaram a ensinar palavras aos ouvintes que queriam “aprender mímica” ¹².

¹² Como era entendida a língua de sinais nas décadas de 60 a 80.

Em 1986, a Língua de Sinais passou a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Universidade de Gallaudet¹³ nos Estados Unidos, onde tiveram contato com o ensino da American Sign Language (ASL).

Essas idéias foram trazidas para o Brasil onde não havia uma língua de sinais instituída. Criou-se então a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que a partir da fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987, passou a ser divulgada.

Em 24 de abril de 2002, entra em vigor a lei número 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação entre surdos, este reconhecimento teve origem em um projeto de lei da Senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que adota a Libras como meio de comunicação dos surdos, no ordenamento jurídico brasileiro. A lei procura assegurar a presença de intérpretes em instituições e a inclusão do curso de LIBRAS nas instituições educacionais (como matéria optativa), visando assim a divulgação da língua. Diz a lei:

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas

¹³ Gallaudet College é uma universidade americana para estudantes surdos.

institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência a saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não podem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Diário Oficial da União – abril / 2002).

4.2 - O INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS

Segundo Rosa (Silva, Kauchakje e Gesueli, 2003, p.236), a inclusão social cria possibilidades para que a sociedade acolha todas as pessoas. No caso da surdez, não significa que esta seja obstáculo para a integração à sociedade ouvinte, aceitar a surdez como diferença e não uma deficiência é um passo para o reconhecimento do surdo como um indivíduo capaz de participar da vida social. O intérprete da Língua de Sinais “*propicia maiores condições para a inserção das pessoas surdas na comunidade ouvinte*”.

O fato das pessoas surdas apresentarem uma língua própria, no caso a Língua de Sinais, faz-se considerar a necessidade de um intérprete perante as pessoas que não possuem o domínio dessa língua.

Por interpretar, segundo Houaiss (1997, p.878), podemos definir como “explicar ou declarar o sentido de algo”. O interprete é aquele intermediário, que faz uso da interpretação, “quem resgata os significados e os transporta para outro lado, estabelecendo uma ponte entre as línguas” (Silva, Kauchakje e Gesueli, 2003, p.237).

Atualmente está em análise na câmara dos deputados, o projeto lei¹⁴ apresentado pela Deputada Federal Maria do Rosário Nunes PT/RS, onde se propõe regulamentar a profissão de intérprete da língua de sinais, reconhecendo sua competência para realizar interpretação nas duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa. Diz o projeto:

Art. 1.º. Fica reconhecido o exercício da profissão de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, com competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa, com as seguintes atribuições:

I – efetuar comunicação entre surdos e ouvintes; surdos e surdos; surdos e surdos-cegos; surdos-cegos e ouvintes, através da Língua Brasileira de Sinais para a Língua Oral e vice-versa;

II – interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais, viabilizando o acesso aos conteúdos curriculares, desenvolvidas nas instituições de ensino que ofertam educação fundamental, de ensino médio e ensino superior;

Art. 2.º Os Intérpretes de Libras para o exercício de sua profissão deverão estar devidamente habilitados em curso superior ou de pós-graduação, em instituição regularmente reconhecida pelo MEC. Parágrafo único. Os Intérpretes de Libras que exercem a função sem a formação que determina o ‘caput’, terão o prazo de 10 anos para a sua adequação, podendo atuar neste período através de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa do MEC.

¹⁴ Câmara dos deputados, projeto lei 4672/2004 – em tramitação.

Art. 3.º. Além da habilitação definida, o exercício da profissão de intérprete de sinais deverá atender os seguintes requisitos:

I - domínio da língua de sinais;

II - conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo;

III - conhecimento da comunidade surda e convivência com ela;

IV - filiação a órgão de fiscalização do exercício desta profissão;

V - noções de lingüística, de técnica de interpretação e bom nível de cultura;

VI - habilitado na interpretação da língua oral, da língua de sinais, da língua escrita para a língua de sinais e da língua de sinais para a língua oral.

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Os primeiros intérpretes da LIBRAS surgiram em espaços familiares e de iniciativas de algumas entidades (escola/igreja) devido a necessidade de se estabelecer efetivamente a convivência social dos surdos com os ouvintes.

Sendo uma língua visuoespacial, a interpretação da Língua de Sinais só ocorre com a presença física do intérprete, o profissional tem que estar presente durante o ato de interpretar. Segundo Rosa (Silva, Kauchakje e Gesueli 2003), é como se o profissional emprestasse ao surdo sua escuta, suas mãos, enfim, todo seu corpo. Sua interpretação está relacionada com sua expressão corporal, o que ele ouve deve ser materializado no seu corpo. Alguns sinais exigem não só o gesto das mãos como também expressões faciais. Desta forma a ênfase na oralidade é marcada na Língua de Sinais pela expressão do rosto.

O intérprete não deve selecionar a informação a ser passada para a comunidade surda, assim como suprimir ou adicionar frases ou palavras na tradução. Deve ter todo cuidado em respeitar as normas para não cair no engano e reforçar o colonialismo que os surdos sofreram pelos ouvintes durante tantos anos.

CAPÍTULO V - O INDIVÍDUO SURDO

Todo indivíduo surdo é mudo?

Segundo Katz (1989, p.545), podemos entender a mecânica da fala da seguinte maneira:

Fala é a capacidade ou o uso dessa capacidade de emitir sons em algum padrão (uma língua). Para falar ou cantar, movimentamos cerca de uma dúzia de músculos da laringe, aproximadamente de diversas maneiras as cordas vocais. O ar que sai dos pulmões percorre os brônquios e a traquéia, chegando até a laringe, os músculos da glote se contraem, regulando a passagem do ar. Os movimentos da glote fazem as cordas vocais vibrarem e produzir sons. Chegando a boca, o som laringiano é articulado graças à ação da língua, dos lábios, dos dentes, do véu palatino e do assoalho da boca.

Além do componente fisiológico, descrito acima, a fala possui também um fator fonológico que são os sons característicos de cada idioma (fonemas).

É chamado de "mudo" o indivíduo que não é capaz de produzir a voz. A ausência da voz¹⁵ deve-se a distúrbios da laringe, como, por exemplo, a paralisia de uma ou de todas as cordas vocais. Outras vezes resulta de alterações psíquicas e emocionais da pessoa. Os mudos não são necessariamente surdos. O fato de um indivíduo ser surdo não significa que é mudo, a “mudez”, como vimos é uma deficiência que não está ligada a surdez. Os surdos que também são mudos, são minoria. Através de exercícios fonoaudiológicos os surdos podem ser treinados na fala, a que se dá o nome de surdos oralizados. Por isso, o surdo só será também mudo se for constatada clinicamente deficiência no seu aparelho fonador, impedindo-o de emitir sons.

5.1 – O SURDO E A SOCIEDADE OUVINTE

¹⁵ Afonia.

Sabemos que criança se socializa desde sua mais tenra idade, comunicando-se com outras crianças do seu grupo e seus familiares. Para tanto se torna imprescindível a utilização da língua de sinais pelo surdo, expô-lo à língua de sinais com seus pares desde cedo para que se inicie o aprendizado como sua língua mãe, pois afirma Quadros (1997, p.28), que “*a criança surda irá integrar-se satisfatoriamente a comunidade ouvinte somente se tiver uma identificação bastante sólida com seu grupo*”. Sua socialização se dará através da sinalização o que será suporte para o aprendizado de sua segunda língua, a língua oral. Sendo assim o aprendizado da língua oral acontecerá de modo natural. Da mesma forma a socialização entre surdos, que se dará a partir do conhecimento da língua de sinais, será base para a sua integração social de maneira geral. Segundo Brito (1989, p.10):

A socialização do surdo com os demais surdos é uma ponte para a ampliação do seu campo de integração social, possibilitando mais facilmente a sua ulterior integração à comunidade com um todo e não apenas ao segmento representado pelos ouvintes.

O surdo adulto tem dificuldades na sua inserção ao mercado de trabalho, geralmente são recrutados para atividades em que o uso da língua oral não se faça necessária e também para atividades onde sua prática necessite de atenção visual e agilidade, como digitação por exemplo, restringindo em muito seu campo de atuação profissional. Essa idéia de concentração sem distração do barulho leva uma imagem de “produtor braçal de produtividade”¹⁶. Essa imagem nos remete ao fato de que o surdo vale pelo que produz, trazendo assim dificuldades de ascensão numa escala profissional.

¹⁶ Skliar, Carlos. A Surdez Porto Alegre: Ed. Mediação, 2003.

O surdo é um indivíduo normal que se diferencia por não ter uma percepção dos sons mas, dependendo do grau de sua perda auditiva podem ter maior ou menor percepção, por isso podemos dizer que possui uma diferença e não uma deficiência.

O surdo precisa deixar de ser olhado pela sociedade por sua diferença, para que um novo olhar possa emergir. Olhar este, que aponte para o reconhecimento pelo seu potencial, suas habilidades, ou seja, seu todo.

Reconhecer a diferença é um passo para que o surdo seja inserido, incluído na sua comunidade ouvinte, na sociedade. Reconhecer suas limitações no seu desempenho na língua oral e reconhecer sua língua mãe como meio de comunicação dos surdos é torná-lo presente como ser no mundo, é respeitá-lo em sua singularidade.

Quadros (1997, p.28) cita um trecho dos Direitos Humanos Lingüísticos:

- todos os seres humanos têm direito de identificarem-se com uma língua materna e de serem aceitos e respeitados por isso;
- todos têm o direito de aprender a língua materna completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita;
- todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais;
- qualquer mudança que ocorra na língua materna seja voluntária e nunca imposta.

Ao mesmo tempo em que a comunidade ouvinte tem a sua cultura, a comunidade de surdos tem sua cultura própria. O respeito à língua de sinais, é o respeito ao direito de cidadão e o respeito à diferença.

CAPÍTULO VI – PSICOLOGIA E SURDEZ

O atendimento ao surdo em psicologia geralmente está voltado para o atendimento em escolas de educação especial ou em clínicas especializadas, em conjunto com as áreas de fonoaudiologia e medicina.

Em pesquisa realizada por Rondon, Rodrigues e Baltazar (2005, p.28), com pessoas surdas na faixa etária de 10 a 40 anos, a grande maioria ressaltou a importância do profissional de psicologia auxiliar na resolução de suas questões afetivas e sociais mais profundas, pois, como afirmam os autores, alguns surdos se sentem inferiores às pessoas ouvintes.

(...) a falta de comunicação pode afetar os relacionamentos, deixando no indivíduo um vácuo que vai interferir ao longo de toda sua vida.

Nota-se uma demanda do surdo no sentido de ser atendido por psicólogos na área clínica para discutir suas questões pessoais e seus sofrimentos, assim como se trabalha com os ouvintes. Mas para que ocorra tal atendimento, qual a ferramenta que deve ser usada pelo profissional da psicologia? Os profissionais estão preparados para receber esse tipo de clientela?

Estas questões, norteadoras deste trabalho monográfico, vêm inquietando profissionais, familiares e a própria comunidade de surdos, uma vez que raramente são encontrados profissionais conhecedores e habilitados para o uso da LIBRAS, o que tem se constituído em grande impedimento, para que os surdos recebam atendimento psicoterapêutico necessário para o desenvolvimento da aceitação de sua “diferença”, auto estima, etc.

Como dito anteriormente o objetivo desta monografia é elucidar os benefícios advindos da assunção da LIBRAS, o que acreditamos se constituir numa ampliação

da prática e da filosofia holística de um número bastante expressivo de abordagens terapêuticas, em especial, a gestalt-terapia.

Quanto a ampliação da prática clínica, Silveira (1996), aponta para a necessidade do profissional da área clínica repensar constantemente sua prática, refletir sobre seu lugar e suas contribuições sociais.

O diálogo é de grande importância para que se efetive o atendimento terapêutico. Yontef (1998, p.18), diz que paciente e cliente dialogam e para que esse diálogo aconteça é preciso que o terapeuta forneça condições para que se estabeleça um contato verdadeiro. Diz ainda o autor que “o paciente e o terapeuta falam a mesma língua”, para essa afirmação ser verdadeira, no que se refere ao atendimento de surdos, é necessário que o terapeuta domine LIBRAS para poder assim se estabelecer um diálogo, comprometendo-se junto ao cliente em atendê-lo efetivamente.

CONCLUSÃO

Os surdos foram ao longo da história considerados indivíduos de menor valor social, pois sendo destituídos da linguagem eram considerados inferiores. A língua de sinais não era considerada relevante ao aprendizado do surdo bem como para suas relações sociais, o uso dos gestos era visto com preconceito, pois a comunicação oral e a cultura ouvinte é que preponderavam.

Ao longo do tempo eles foram conquistando espaços, de modo lento mas gradativos e significativos. Aos poucos estão transpondo as barreiras de comunicação que há algum tempo o deixavam isolados, à margem.

Estamos inseridos numa cultura onde o que prevalece é a comunicação oral, cultura ouvinte; ouvimos e falamos naturalmente. O que está fora desse padrão, acaba por ser segregado. A segregação de grupos humanos é uma produção social, uma vez que todo o comportamento humano é subordinado aquela cultura em que o indivíduo está inserido.

Considerando que o psicólogo atua com o objetivo de promover através do seu trabalho o respeito, a dignidade e integridade do ser humano e sua integração social, acreditamos ser necessário ampliar o seu campo de conhecimento no sentido de conhecer a língua de sinais, promovendo a inclusão, a comunicação, o que dará possibilidade aos surdos de, assim como os ouvintes, trabalharem suas questões existenciais em terapia, quebrando as barreiras que separam o mundo dos surdos e ouvintes.

Vimos que os intérpretes da Língua de Sinais fazem a mediação entre a comunicação oral e a Língua de Sinais, ou seja, de alguma forma, é uma ponte entre a cultura ouvinte e a cultura surda. No atendimento clínico em psicologia, não cabe

a presença de uma terceira pessoa, bem como, no ato de interpretar também está em questão os sentimentos do intérprete, a maneira particular a qual ele vê o mundo e as transmite. Não há como atestar uma fidedignidade do que está sendo transmitido. Assim como está em jogo nosso código de ética na qual garante ao cliente o sigilo entre ele e o terapeuta.

Quando o surdo faz uso de sua língua mãe manifestando seus pensamentos, assume sua identidade surda, está sendo respeitado em sua diferença, pois ele tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que uma pessoa ouvinte, pode ter os sofrimentos existenciais como qualquer pessoa. Precisa apenas ter suas necessidades especiais supridas, no caso, alguém que entenda a sua língua.

Proponho ao psicólogo com este trabalho, assumir uma postura bilíngüe, direcionando seu trabalho não só para a inadaptação do surdo (como se foi trabalhado no modelo médico), mas olhar para além disso, olhar para suas questões e reais necessidades existenciais inerentes a sua condição de parcialmente ouvintes ou não ouvintes.

ANEXO A

Depoimentos de pessoas surdas e profissionais que trabalham com a comunidade surda, sobre a importância do conhecimento da LIBRAS pelo psicólogo.

“Acho muito importante Psicólogo falar LIBRAS quando ter pacientes surdos. Pra facilitar a comunicação!!! eu sou estudante de psicologia.. sou surda.. .”

“Olha, já trabalhei como intérprete de surdos e vi como é importantíssimo o psicólogo na vida de um surdo! Porque existem questões familiares: como comunicação, aceitabilidade do surdo com sua surdez, aceitabilidade da LIBRAS e outros por parte da família que precisam ser seriamente trabalhados”.

“Acho que todos que trabalham diretamente ou indiretamente com os surdos devem não só saber LIBRAS, como também respeitar a cultura surda , que é muito rica e importante para todos eles. Assim o trabalho vira uma troca de experiências ricas e bem mais produtivas”.

“Eu trabalho há 6 anos com surdos, no ensino médio. Sou Coordenadora Pedagógica. Fiz curso de Capacitação na Área da Surdez e Pós-Graduação em Educação de Surdos. Além disso, tenho contato constante com surdos na escola e na Associação de Surdos.

Acho de extrema importância a formação de Psicólogos especializados em atendimento à pessoa surda, visto que, como tu mesma falaste, eles sentem a necessidade desse atendimento e não conseguem quem o faça. Por estar permanentemente com surdos e por ter feito inúmeras entrevistas e pesquisas com meus alunos e familiares, detectei que eles precisam muito dos serviços de um terapeuta, porém, que fale a língua deles. Eles têm crises freqüentes de depressão e tu bem deves saber disso. Não existe quase comunicação entre eles e os familiares... O número de suicídio, entre os surdos, é enorme.

Na minha escola, a colega da Orientação Educacional, é Psicóloga, porém, até hoje nega-se a fazer o curso de LIBRAS (nós oferecemos, gratuitamente, para professores, alunos, funcionários e familiares de surdos). Resultado: os alunos

quando estão com algum problema ou os professores comentam comigo algo que eu vejo que precisa da ajuda da Orientadora, quem faz o atendimento a esse aluno, sou eu, e sabes por quê? Por que eles se negam a entrar na sala da Orientadora com o intérprete junto e, sem o intérprete, a minha colega não entende o que eles dizem e vice-versa. Então, eles já vem direto à minha sala e lá eu converso com eles, oriento, aconselho, ou simplesmente deixo que eles desabafem. E os assuntos, geralmente, não são nada relacionados à escola e sim à suas vidas particulares. Mas eu não me sinto bem fazendo isso, porque não tenho formação adequada. O ano passado, uma surda daqui, começou a fazer o Curso de Psicologia. Eu achei isso maravilhoso”.

“Quando atendes uma pessoa "ouvinte", tu permites que ela entre acompanhada de outra pessoa na hora do atendimento? Com certeza, não permites, pois naquele momento são falados assuntos que dizem respeito somente ao teu paciente e tu. Então, agora eu é que te pergunto: É possível fazer uma terapia com uma pessoa surda, estando essa acompanhada de um intérprete de LIBRAS? Onde fica o sigilo? Portanto, eu te respondo com a mais absoluta certeza que, não só é importante o psicólogo saber LIBRAS para atender surdos, como é FUNDAMENTAL QUE ELE SAIBA A LÍNGUA FALADA POR SEU PACIENTE, CASO CONTRÁRIO, ELE FARÁ QUALQUER COISA, MENOS SE COMUNICAR COM O SURDO, O QUE SERÁ EXTREMAMENTE NEGATIVO PARA O SURDO”.

”Trabalho com surdos e estou numa grande luta para que todos os profissionais da área da saúde aprendam LIBRAS, dada a importância da comunicação na vida do ser humano”.

”Eu acredito que é muito importante. Hoje época fértil de se falar em inclusão, é momento de buscar formas de incluir cada vez mais as pessoas. Ainda mais nós da área de humanas quando a escuta é imprescindível. E a língua de sinais muito favorece para essa comunicação”.

”Eu acho importantíssimo o psicólogo saber Libras para poder se comunicar e ajudar os surdos sinalizados e infelizmente quase não temos psicólogos que saibam sinais. E acho importante ter mais psicólogos surdos...pois sentiram na pele o que é ser

surdo e fica mais fácil de entender as crianças ou jovens surdos. Eu adoro psicologia, só não fiz porque na minha cidade não tem faculdade de psicologia, às vezes eu dou uma de psicóloga para os surdos que vem se desabafar comigo e ajudo como posso, é legal”.

ANEXO B

Alfabeto em Libras



Números



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe Sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p.23, 25 abr 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Língua Brasileira de Sinais**. Vol III. Brasília: DF, 1998. (Série Atualidades Pedagógicas).

BRITO, Lucinha F. **Socialização, Linguagem e Cognição em Surdos**. Revista Desafio de Hoje, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, p. 10 -11, março 1989.

CARMO, Sônia Maria do. **Um breve panorama do que já foi feito pela educação especial no Brasil e no mundo**. In: PEDAGOGO BRASIL. Disponível em: <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/umbrevepanorama.htm>> Acesso em : 03 de janeiro de 2006.

CRUZ, Ana Maria da C.; MENDES, Maria Tereza R. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: Estrutura e Apresentação**. Niterói: Editora Intertexto, 2003.

DICIONÁRIO DE LIBRAS on line. Disponível em: <http://www.dicionariolibras.com.br> acesso em: 30 de maio de 2006.

HOUAISS ; KOOGAN. **Enciclopédia e Dicionário**. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1997.

KATZ, Jack. **Tratado de Audiologia Clínica**. 3ª ed. São Paulo: Editora Manole Ltda., 1989.

MACEDO, Ericka Viviene. **A História dos Surdos no Brasil**. Puc Minas Gerais. Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais, Disponível em: <http://www3.pucminas.br/nai/noticias.php?id=41> Acesso em 15 de jun. 2005.

NASCIMENTO, Lílian Cristine. **Uma Análise dos Percursos Discursivos da Prática Fonoaudiológica no Brasil.** 2002. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

QUADROS, Ronice M. **Educação de Surdos – a Aquisição da Linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Adriana. ; SOUZA, Mônica de. **Audição.** 1ª ed. Rio de Janeiro: FTD,1997.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS – A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros.** Revista da FENEIS. Artigo nº. 2, 2005. Petrópolis: Editora Arara Azul. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: 01 de março 2006.

RIBAS, João B. **O Que São as Pessoas Deficientes.** 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RONDON, Greicy.; RODRIGUES, Luciene.; BALTAZAR, José Antonio. **Limitações do Portador de Necessidades Especiais Auditivas.** Revista Psicologia Brasil, São Paulo, ano 3, nº 29, p.26-29, Set. 2005.

SILVA, Ivani R.; KAUCHAKJE, Samira.;GESUELI, Zilda M. (org) **Cidadania, Surdez e Linguagem – Desafio e Realidade.** São Paulo: Plexus Editora, 2003.

SILVEIRA, Teresinha M. **A Gestalt-Terapia em Circunstâncias Contemporâneas.** Rio de Janeiro, ano 2, nº 2, p. 47-53, jun. 1996.

SKLIAR, Carlos. (org) **A Surdez – Um Olhar Sobre as Diferenças.** 3ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

_____ **Educação e Exclusão.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

STELLING, Esmeralda P. **A Relação da Pessoa Surda com a Família.** Revista Espaço - INES, Rio de Janeiro, nº 13, p. 44-46, jan./jun. 1999.

STEVENS, S. ; WARSHOSKY, Fred. **Som e Audição.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.

TELFORT, Charles; SAWREY, James. **O Indivíduo Excepcional.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

VALENTINI, Carla Beatriz.. **A Apropriação da Língua Escrita e os Mecanismos Cognitivos de Sujeitos Surdos na Interação em Rede Telemática.** 1995. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento, UFRGS, Rio Grande do Sul, 1995.

YONTEF, Gary M. **Processo, Diálogo e Awareness.** Ensaio em Gestalt-Terapia. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1993.